

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/rcufba.v16i1.48104>

## ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

*ANALYSIS OF THE FINANCIAL STATEMENTS OF ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL*

**Camila Baiocco Marca**  
UNOESC  
camila-baiocco@hotmail.com

**Darciana Mara Weber**  
UNOESC  
darciana.weber@unoesc.edu.br

### RESUMO

As associações desportivas fazem parte do conjunto de entidades de finalidade coletiva ou pública e que não visavam distribuir lucro, mas criar oportunidades de desenvolvimento social. O presente estudo teve como objetivo analisar a evolução da situação econômico-financeira da Associação Chapecoense de Futebol no período de 2015 a 2019. Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos, em relação aos procedimentos enquadra-se como documental com abordagem qualitativa quanto ao problema de pesquisa. Para o desenvolvimento foi realizada a análise de indicadores econômico-financeiros da Associação Chapecoense de Futebol no período de 2015 a 2019 e constatou-se que houve queda significativa nos resultados econômico-financeiros desde o ano de 2015 até 2019. O principal fato apontado foi o acidente ocorrido em 2016 que ocasionou desestruturação do clube gerando despesa e obrigações relacionadas às responsabilidades civis e trabalhistas. Em 2019 a entidade desportiva teve influência negativa, além do time cair para a série B, em suas receitas conforme está na demonstrada do Balanço Patrimonial, a receita com o patrocínio diminuiu, isso indicou uma queda de receita com patrocínio que pode ter influenciado e desta forma deixou-se de gerar receitas e recuperar os anos que já estavam em defasagem.

**Palavras-Chave:** Associação chapecoense de futebol. Análise das demonstrações financeiras. Indicadores econômicos-financeiros. Entidades desportivas.

## **ABSTRACT**

*Sports associations are part of the set of collective or public purpose entities that did not aim to distribute profit, but to create opportunities for social development. The present study aimed to analyze the evolution of the economic and financial situation of the Associação Chapecoense de Futebol in the period from 2015 to 2019. It is characterized as a descriptive research regarding the objectives, in relation to the procedures, it fits as a documentary with a qualitative approach to the search problem. For development, the analysis of economic and financial indicators of the Chapecoense Football Association was carried out in the period from 2015 to 2019 and it was found that there was a significant drop in economic and financial results from 2015 to 2019. The main fact pointed out was the accident occurred in 2016 that caused the disorganization of the club, generating expenses and obligations related to civil and labor liabilities. In 2019, the sports entity had a negative influence, in addition to the team falling to Serie B, on its revenues as shown in the Balance Sheet, revenue from sponsorship decreased, this indicated a decrease in revenue from sponsorship that may have influenced and hence this way, it stopped generating income and recovering the years that were already out of date.*

**Keywords:** *Chapecoense Football Association. Analysis of financial statements. Economic-financial indicators. Sports entities.*

## **1 INTRODUÇÃO**

No Brasil, nas últimas décadas, expande-se e se fortalece o terceiro setor, que reúne organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas com ênfase na participação voluntária de âmbito não-governamental, objetivando o benefício público. As organizações que compõem o terceiro setor dão continuidade a práticas tradicionais de caridade e filantropia, expandindo o seu sentido para outros segmentos, através da incorporação do conceito de cidadania e das diversas manifestações da sociedade civil (Andrade, 2002). No Brasil, Mañas e Medeiros (2012) comentam que o Terceiro Setor teve sua origem com o surgimento de instituições filantrópicas a partir do final do século XIX quando surgiram as santas casas de misericórdia e outras instituições criadas através das igrejas que procuravam prestar serviço de assistência às comunidades carentes.

As organizações desportivas de terceiro setor, são representadas pelas organizações sem fins lucrativos. Os recursos são oriundos da própria atividade, além de doações, subvenções e financiamentos, públicos ou privados, sendo a aplicação de tais valores integralmente destinada à manutenção do objetivo a qual foi instituída, de acordo com o estatuto. O superávit ao final

de cada exercício não deve ser distribuído aos associados ou membros, mas, sim, reinvestido nas suas atividades-fim.

O futebol brasileiro nos últimos anos vem se transformando de um esporte amador, em termos de gestão, em um mercado altamente competitivo, como já acontecera com o futebol europeu. Diversas transformações sociais incorridas no ambiente dos clubes de futebol originaram uma nova forma de enxergar tal esporte, visto como um componente presente na sociedade e um dos elementos de identidade nacional, o futebol passou a ser explorado, também, como uma fonte geradora de recursos financeiros (LEONCINI, 2005). As organizações mais estruturadas já perceberam que as empresas privadas tomam decisão sobre seus investimentos sociais corporativos com base no “resultado” (DRUCKER, 1997), e esses resultados são medidos por indicadores sociais e conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, visando ao desenvolvimento social. Diante disso, as organizações do terceiro setor passaram a conviver com o desafio de criar uma dinâmica organizacional para poderem estabelecer parcerias com as empresas privadas.

A promulgação da Lei nº 10.672/03 obrigou os clubes de futebol brasileiro a publicarem suas Demonstrações Contábeis em jornais de grande circulação. Em decorrência desta transformação, surge então, a necessidade de uma gestão voltada para a obtenção de resultados financeiros e econômico e maximização dos lucros dos clubes de futebol. O gestor, à frente da administração destes clubes, enfrenta grandes desafios, um deles trata da velocidade com que as informações são geradas e a qualidade destas para tomada de decisão. Para facilitar a administração, existem várias ferramentas que auxiliam os gestores, dentre elas, a análise das Demonstrações Contábeis, que por meio dos índices e indicadores que fornecem uma visão mais ampla da situação econômica e financeira dos clubes. Segundo Oliveira (2003) as demonstrações contábeis têm o objetivo de fornecer informações que sejam úteis para tomada de decisões e avaliações por parte dos usuários envolvidos.

A análise dos balanços, tem como objetivo relatar a posição econômico-financeira das empresas com base nas informações contábeis disponibilizadas. Esta análise possibilita para os acionistas uma base para quais são as tendências financeiras futuras da entidade. Assim, proporcionando maior entendimento na questão de identificação do retorno de seus investimentos. O interesse pela liquidez financeira este mais restrito a identificar a capacidade da empresa em manter suas operações e, muitas vezes, em avaliar as condições atuais futuras de distribuição de dividendos. (ASSAF NETO, 2007).

Com o intuito de analisar o desenvolvimento de uma instituição do do terceiro setor, selecionou-se a Associação Chapecoense de Futebol, e em um contexto geral cabe o seguinte questionamento: *Qual a evolução da situação econômico-financeira da Associação Chapecoense de Futebol no período de 2015 a 2019?* Objetiva-se, portanto, analisar a evolução da situação econômico-financeira da Associação Chapecoense de Futebol no período de 2015 a 2019. Este trabalho justifica-se pelo fato de uma associação de terceiro setor sem fins lucrativos é de extremo importância para a sociedade em si, para ser demonstrado e analisado o que ocorre com as informações financeiras destas organizações. Em especial a Associação Chapecoense de Futebol por ser uma entidade de proporções menores se comparada a grandes entidades esportivas do cenário brasileiro, sendo originada de um estado que não tem um grande histórico de significativos títulos no futebol nacional.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

As discussões acerca dos objetivos da Contabilidade sempre se preocuparam em estabelecer como finalidade fundamental da contabilidade o fornecimento de informações financeiras que auxiliem o seu usuário na tomada de decisões econômicas. As organizações do

terceiro setor são caracterizadas por não visarem lucro. Os valores auferidos por ela, denominados de superávit são reinvestidos na própria entidade.

Conforme Olak e Nascimento (2010), as decisões referentes a destinação destes valores é feita por um conselho deliberativo, os quais são membros de diversos segmentos da sociedade direta ou indiretamente eleitos. As entidades sem fins lucrativos utilizam a mesma estrutura patrimonial das sociedades por ações, porém fazem algumas alterações na nomenclatura de suas rubricas, acrescentando o termo social, às contas do patrimônio líquido. Para Leoncini (2001), com o passar dos anos percebeu-se as diversas transformações sociais incorridas no ambiente dos clubes de futebol. Essas transformações originaram uma nova forma de enxergar tal esporte, visto como um componente presente na sociedade e um dos elementos de identidade nacional, o futebol passou a ser explorado, também, como uma fonte geradora de recursos financeiros.

A mensuração o balanço patrimonial, por exemplo, consiste na representação contábil da entidade em determinado momento, pois representa todos os seus bens e direitos, e em contrapartida suas obrigações. Segundo Olak e Nascimento (2010), o balanço patrimonial é uma demonstração contábil indispensável a qualquer tipo de organização, quer explore ou não atividade lucrativa. O patrimônio líquido, também segue o mesmo conceito de empresas com fins lucrativos, a sua equação patrimonial tão conhecida não se altera, ou seja, patrimônio líquido social (PLS) = ATIVO – PASSIVO (exigibilidades).

A Demonstração Do Superávit Ou Déficit do exercício aponta como os gestores conseguiram recursos, e como gastaram durante as atividades da entidade, dentro de um determinado período de tempo. Dando ênfase não para o resultado financeiro, mas sim em relação ao projeto desenvolvido. Para Olak e Nascimento (2010), essa demonstração, independentemente da terminologia adotada, é de fundamental importância para essas entidades por evidenciar, efetivamente, as ações dos gestores em termos de volume de recursos obtidos e custos e despesas empregadas nas atividades dessas entidades.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social, mostra as variações das contas de patrimônio durante o exercício, tais como as doações e subvenções, superávits e déficits e possíveis ajustes. Segundo Olak e Nascimento (2010), trata-se de uma demonstração que visa fornecer a movimentação ocorrida durante determinado período nas diversas contas que integram o patrimônio líquido. Por fim, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a qual relata todos os recebimentos e pagamentos do período. Para Olak e Nascimento (2010), essa demonstração é muito bem aceita por evidenciar recebimentos e pagamentos do período e o respectivo saldo para fazer face a outros compromissos vincendos.

## 2.1 Valor Social Das Organizações Do Terceiro Setor

Brito, Aragaki e Ishikura (2005) descrevem o quanto é importante as entidades desportivas manterem suas demonstrações uniformes e transparentes para seus usuários, para não gerar desconfiança com relação confiabilidade das informações por elas evidenciadas. As organizações do terceiro setor tem um amplo valor para a sociedade que a cerca, pois é um agente de transformação, desde uma entidade que incentive a leitura até uma que desenvolva atividades esportivas com seus sócios. Elas trabalham o lado social dos indivíduos que as cercam, tanto os que recebem os benefícios do trabalho como os que prestam este trabalho.

Segundo Olak e Nascimento (2010), o contribuinte não tem por objetivo auferir lucros econômicos, mas sim lucro social, normalmente para os outros e não para si". Para cumprir seus objetivos e missão social, estas entidades realizam receitas com a produção e a venda de produtos, com a prestação de serviços, recebem doações e também fazem promoções para arrecadar fundos.

De acordo com Olak e Nascimento (2010), esses recursos podem ser acrescidos por

receitas financeiras, receitas de capital e, em casos especiais, até mesmo por lucros obtidos na venda de produtos, mercadorias e serviços prestados, os quais serão, sempre, utilizados na própria manutenção das atividades e nunca para serem distribuídos, como ocorre nas empresas. Assim, o conjunto dos ingressos/receitas deduzidas dos dispêndios/despesas formam o superávit/lucro ou déficit/prejuízo da entidade. Para Ribeiro (2011) e Assaf Neto (2012), conceituam Processos de Análise como Técnicas utilizadas pelos analistas de Balanços para a obtenção de conclusões acerca da situação econômica e financeira da Entidade ou de outros aspectos relacionados com o Patrimônio, de acordo com os interesses dos usuários.

## 2.2 Aspectos Operacionais E Contábeis De Entidades Desportistas Sem Fins Lucrativos

As organizações desportivas fazem parte do terceiro setor e são regidas por legislação específica, a Lei 9.615 de 24 de março de 1998. Esta lei trata dos direitos e deveres dos atletas nas questões trabalhistas e profissionais, além de assegurar que a prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto. A lei caracteriza também as diferentes formas de que o desporto é praticado. (BRASIL, 1998).

Segundo Pimentel (2007), da metade do século XIX (período aproximado da introdução do Esporte no país), até o Estado Novo o Esporte desconheceu a interferência do poder governamental. Nesse período toda a organização; estruturação e funcionamento advinham das entidades organizadas pela sociedade civil, sendo atividade social e não atividade de governos. Já Veronez (2005), afirma que antes de o governo tutelar o esporte, vários clubes já tinham sido criados e estavam regimentalmente ordenados; diferentes entidades voltadas à gestão do esporte já se encontravam estatutariamente organizada.

Portanto, um novo padrão de intervenção estatal no esporte totalitário, centralizado, burocrático e corporativista, do mesmo modo que nas demais esferas da vida social, começou a ser implementado num momento específico de desenvolvimento do capitalismo no nosso país, de acirramento de interesses entre uma burguesia rural e uma industrial, em que o Estado está sob o controle destas últimas, porém, sem apresentar as condições de hegemonia necessárias para protagonizar a elaboração e implantação de um projeto de modernização da sociedade. (VERONEZ, 2005).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução CFC nº 1.429/2013 – Entidades Desportivas - aprova a NBC ITG 2003. A norma estabelece os critérios relativos à avaliação, registro e estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais entidades de práticas desportivas profissionais, e também se aplica a outras que estejam ligadas direta ou indiretamente, a prática de atividade desportiva profissional ou amadora. Conforme a NBC ITG 2003, fazem parte do ativo intangível da entidade desportiva todos os gastos relacionados com os contratos dos atletas que compõe a entidade e os valores provenientes dos direitos de imagem. A norma ainda ressalta que os direitos contratuais de cada atleta, devem ser amortizados levando em consideração o prazo do contrato de cada um.

A norma enfatiza ainda, que os valores que se referem a alguma cláusula indenizatória recebida ou a receber deve ser registrada em conta específica, além dos valores pagos aos atletas como forma de antecipação contratual. Fazem parte das demonstrações financeiras que devem ser elaboradas pela entidade desportiva profissional, são o Balanço Patrimonial, que deve conter contas que segreguem a atividade desportiva profissional das demais. A Demonstração do Resultado, que deve apresentar, de forma segregada, as receitas, os custos e as despesas diretamente vinculadas com a atividade desportiva profissional das demais. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas



Explicativas. Ambas as demonstrações devem seguir os padrões conforme a Interpretação Técnica Geral (ITG), 2003.

O exercício de atividades sem finalidades de lucro é regido pela a NBC ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução CFC nº 1.409/2012. Conforme a norma todas as receitas e despesas devem ser reconhecidas seguindo o regime de competência. Já as doações e subvenções são reconhecidas no resultado. Já os benefícios concedidos pela entidade sem finalidade de lucros a título de gratuidade devem ser reconhecidos de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas nos órgãos governamentais. A norma trata ainda que o valor de superávit ou déficit deverá ser incorporado ao patrimônio social, em conta específica. Ressalta-se por fim que os registros contábeis devem ser segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, reguladores e usuários em geral.

A Lei 9.615, conhecida como Lei Pelé, foi criada em 24 de março de 1998 para que os clubes de futebol estivessem em conformidade com a legislação brasileira vigente, visto que as entidades desportivas de futebol passaram a ser reguladas pelas leis de mercado com as mesmas obrigações das demais empresas privadas. Essa lei apresenta todos os direitos e obrigações que as entidades desportivas possuem com o fisco, com o governo e com a sociedade (FREIRE, 2011). Segundo Araújo (1980), a Lei Pelé, conforme seu artigo nº 27, foi útil e relevante pois concretizou a implementação do conceito “clube-empresa”, com isso os clubes de futebol devem apresentar suas demonstrações contábeis nos termos da lei e de acordo com os padrões e critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Diferentemente da Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, a Medida Provisória nº 79/2002, evidencia que as demonstrações a serem publicadas pelas entidades desportivas são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados, a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior, a assinatura dos administradores e de contabilistas legalmente habilitados, ea indicação de modificação de métodos e critérios contábeis, ressaltando seus efeitos (ARAÚJO, 1980).

As entidades sem finalidade lucrativa utilizam-se da estrutura patrimonial definida pela Lei das Sociedades por Ações, adaptando a nomenclatura de algumas contas. A estrutura do patrimônio líquido é a mesma de qualquer empresa, porém a nomenclatura das rubricas é outra, devido à natureza dos recursos. Como os recursos são da entidade e não dos sócios, substitui-se a conta patrimônio líquido por patrimônio social.

Para Zanluca (2013) a contabilidade evidencia os fatos e a contabilidade registra os recursos recebidos para atender atividades ou projetos específicos de forma separada (em fundos), valendo-se das restrições impostas pelos doadores externos à entidade ou mesmo observando restrições impostas pelos órgãos diretivos da entidade. Na prática existirão, em uma entidade, vários tipos de "fundos" como, por exemplo, "Fundo para Construção de Sede Social", "Fundo para Bolsas de Estudos", "Fundo de Pesquisas", etc. Como o lucro ou prejuízo obtido não são destinados aos sócios, eles são denominados superávit ou déficit do exercício. E após aprovação pela assembleia dos associados, esse resultado é transferido da conta superávit ou déficit do exercício para a conta patrimônio social.

A Entidade sem Finalidade de Lucro (ESFL) nas denominações lucro ou prejuízo, são substituídas por superávit ou déficit do exercício, ao invés de Demonstração do lucro ou prejuízo do exercício, pois estas entidades não visam o lucro, e sim realização de um projeto. Esta demonstração manifesta todas as ações dos gestores durante o exercício, todos os custos incorridos para a manutenção da atividade, e as receitas obtidas (Olak e Nascimento, 2010)

Para Olak e Nascimento (2010), em linhas gerais, são utilizadas as expressões superávit e déficit para evidenciar o resultado positivo ou negativo, respectivamente, obtido em atividades sem fins lucrativos e lucro ou prejuízo nas atividades com finalidades lucrativas.

O Patrimônio Líquido tem acrescido o termo Social, indicando a quem pertence o patrimônio, a própria sociedade. A conta Capital Social deixa de existir e dá lugar a conta Patrimônio Social ou somente Patrimônio. As obrigações de curto e longo prazo são praticamente as mesmas de qualquer entidade. O Balanço é composto por três partes, a Ativo que é o grupo de contas onde são registrados os bens e os direitos. E disposto em ordem de decrescente de liquidez, ou seja, quanto mais rápido o recurso possa ser utilizado ou transformado em dinheiro, mais acima ele estará na estruturação do ativo.

### 2.3 Análise Financeira E Patrimonial

Os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas; facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa (relevante), que a observação de montantes, por si só. A análise das demonstrações financeiras é um estudo da situação financeira e patrimonial de uma empresa ou entidade, em resumo, consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis objetivando extrair informações que servirão para tomada de decisões.

Silva (2012) ensina que a análise das demonstrações contábeis, consiste na coleta e apuração dos indicadores permitindo avaliar a sua capacidade econômica, financeira e patrimonial. Iudícibus (2013) relata que a necessidade de analisar demonstrações contábeis é pelo menos tão antiga quanto à própria origem de tais peças.

Contudo, uma avaliação devidamente apurada, resguardada por auditorias e comparadas com padrões preestabelecidos, é de fundamental importância para a administração financeira da organização. Buscando asseverar a confiabilidade da apuração dos indicadores financeiros, Ching, Marques e Prado (2010), enumeram algumas prescrições: Realizar a análise de índices através de associações com outros, nunca os interpretando de maneira isolada; Apurar os dados de mais de um ano, para que se possa acompanhar sua evolução; Comparar os índices da entidade com os índices de empresas do mesmo setor, concorrentes.

Braga (2012) diz que “a análise por intermédio de quocientes consiste em estabelecer-se uma “razão” entre duas ou mais quantidade monetárias ou físicas”. Iudícibus (2013) explica que, o uso dos quocientes tem a finalidade principal de permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com padrões preestabelecidos. A finalidade da análise é, mais do que retratar o que aconteceu no passado, fornece algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro (IUDÍCIBUS, 2013).

Inferir dados baseados em demonstrativos contábeis configura-se uma importante ferramenta para o tomador de decisão. Compreender o real desempenho da organização é a base necessária para a delimitação de estratégias que compatibilizem sua estrutura com o cenário do ambiente que a circunda. Nessa dinâmica, a análise de indicadores financeiros exerce um importante papel, permitindo uma avaliação da performance da entidade, sob diferentes enfoques.

De acordo com Cruz *et al.* (2010), a análise dos indicadores econômico-financeiros de entidades do terceiro setor é diferenciado. Alguns índices são específicos para este setor. Os índices de desempenho demonstram qual a relação das informações contábeis da organização com as informações operacionais da organização. Os índices de liquidez evidenciam a continuidade dos trabalhos. Nas organizações que apresentam superávit, este representa uma diminuição da contribuição do resultado no patrimônio.

A análise das demonstrações contábeis dos clubes de futebol permite uma visão diferenciada a respeito deste esporte, pois possibilita que o futebol seja conhecido não apenas como paixão brasileira, mas também como uma importante atividade econômica, compreendendo como se comportam os clubes no que tange aos aspectos econômico-financeiro. Dobson, Gobbard e Dobson (2001) afirmaram que o futebol é diferente de qualquer outro negócio e que não são como as organizações, que provavelmente terão sucesso se puderem se sobressair diante da concorrência e estabelecer sua posição no mercado.

O artigo de Ferreira, Marques e Macedo (2018), teve como objetivo analisar o impacto dos resultados econômicos e financeiros no desempenho esportivo dos clubes. Os clubes analisados foram os que estavam nas séries A e B do campeonato Brasileiro com as demonstrações divulgadas no período analisado. Como resultados percebeu-se que as receitas veem aumentando ao longo dos anos especialmente nos times com mais visibilidade. Os índices de endividamento apresentam uma queda, por mais que os investimentos em salário veem aumentando. O estudo ainda ressaltou que a maior parte dos clubes brasileiros são associações sem fins lucrativos.

Plumley, Wilson e Shibli (2017) desenvolveram um modelo estatístico para mensurar o desempenho financeiro e esportivo de 21 clubes de futebol ingleses no período de 1992 a 2013. Os autores identificaram que um pequeno número de clubes gerou um desequilíbrio no segmento do futebol inglês e que existem evidências de uma crise financeira nos clubes ingleses de forma individualizada, mas para a maioria deles, o desempenho geral variou muito ao longo do tempo. Enquanto Ecer e Boyukaslan (2014) mediram o desempenho financeiro dos big four clubes de futebol na Turquia entre o período 2008 a 2012, utilizando índices financeiros. Os autores destacaram que os indicadores financeiros mais relevantes são os indicadores que envolvem o passivo, seguido por indicadores de rentabilidade e liquidez na medição do desempenho financeiro de clubes de futebol.

Sloane (1971) foi um dos precursores a tratar de forma diferenciada os clubes de futebol e as organizações. O autor resalta que os indicadores de lucratividade parecem exercer uma influência menor sobre o comportamento dos times de futebol e o uso da premissa de maximização do lucro leva a resultados previstos que não parecem se manter na prática. Ele resalta ainda que a natureza da concorrência é oposta à da concorrência empresarial e que se deve ter cautela ao se interpretar as condições financeira e econômica dos times.

Pode-se perceber a importância que o assunto tem, analisando o impacto dos resultados econômicos e financeiros no desempenho esportivo dos clubes de futebol. Compreender que a análise dos indicadores econômico-financeiros de entidades do terceiro setor é diferenciado e que alguns índices são específicos para este setor. Nota-se que as entidades que não mantêm análise constante de seus índices pode estar mais suscetível a uma possível falência, uma vez que não está acompanhando seus retornos econômicos e financeiros.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

O presente estudo tem por objetivo analisar a evolução da situação econômico-financeira no período de 2015 a 2019, da Associação Chapecoense de Futebol. Com base no objetivo definido, a pesquisa foi se caracteriza como descritiva. Quanto aos procedimentos, esta pesquisa enquadra-se como documental pois analisou as demonstrações contábeis como o Relatórios de Auditoria, Relatórios da Administração, Demonstrações Econômicas-Financeiras e Balanços Sociais da Associação Chapecoense de Futebol do período de 2015 até 2019. Com abordagem qualitativa quanto ao problema de pesquisa buscou-se analisar a evolução dos indicadores econômico-financeiros e deste modo analisar de modo mais aprofundado as demonstrações da Associação Chapecoense de Futebol.



Com isso coletou-se demonstrações contábeis como o Relatórios de Auditoria, Relatórios da Administração, Demonstrações Econômicas-Financeiras e Balanços Sociais da Associação objeto do estudo. Para esta pesquisa utilizou-se dos balanços de 2015 até o ano de 2019 da Associação Chapecoense de Futebol.

No Quadro 1 são apresentados os indicadores utilizados para analisar este estudo.

**Quadro 01 – Indicadores Econômico-Financeiros**

Nomenclaturas e Índices	Exposição Teóricas	Fórmula		Referência
<b>Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)</b>	Para Marion (2006), indica quantos reais a empresa aplicou no permanente (ou imobilizado) para cada \$1,00 de EPL (Exigível ao Longo Prazo) e de PL (Patrimônio Líquido).	IPL =	$\frac{\text{Permanente}}{\text{Imobilizado}} \frac{\text{IPL} + \text{PL}}{\text{IPL} + \text{PL}}$ ou $\frac{\text{Imobilizado}}{\text{IPL} + \text{PL}}$	Marion (2006)
<b>Índice de Liquidez Imediata</b>	Representa o valor de que a empresa dispõe no momento para saldar as dívidas de curto prazo. Segundo Marion (2010) afirma que o índice de liquidez imediata revela o quanto a empresa dispõe imediatamente para saldar suas dívidas de curto prazo.	LI =	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	Marion (2010)
<b>Índice de Liquidez Corrente</b>	Segundo Iudicibus (1998), este quociente relaciona quantos reais dispomos, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo.	LS =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Iudicibus (1998)
<b>Índice de Liquidez Geral</b>	O índice de liquidez geral demonstra a capacidade da empresa em saldar todas as suas dívidas, tanto a curto como a longo prazo. Segundo Marion (2010), o índice de liquidez geral mostra a capacidade de pagamento da entidade a longo prazo, ao considerar tudo o que ela converterá em dinheiro com tudo o que foi assumido como dívida.	LG =	$\frac{\text{AC} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{PC} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	Marion (2010)
<b>Índice de Endividamento</b>	Representa quanto a empresa tomou de recursos de terceiros para cada real de capital próprio. Os índices de endividamento relacionam as origens de recursos entre si, retratando a posição entre capital próprio e capital de terceiros. Indicam o grau de dependência da empresa em relação ao capital de terceiros. Relação entre dívidas com terceiros (empréstimos ou fornecedores) e o patrimônio líquido (capital próprio). Mostra a estrutura de capital da companhia, do ponto de vista de nível de endividamento. Segundo Martins, Miranda e Diniz (2013).	IE =	$\frac{\text{Passivo total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Martins, Miranda e Diniz (2013)
<b>Composição do Endividamento</b>	O índice de composição do endividamento revela quanto da dívida total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) com terceiros é exigível ao longo prazo (Passivo Circulante).	CE =	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}}$	Eliseu Martins (2019)

<b>Taxas de Retorno sobre Patrimônio Líquido</b>	<p>A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido evidencia a eficiência operacional da empresa, através da comparação do lucro auferido com o patrimônio pertencente a esta. Para Assaf Neto (2007), o retorno sobre o patrimônio líquido fornece o ganho percentual auferido pelos proprietários como uma consequência das margens de lucro, da eficiência operacional, do <i>leverage</i> e do planejamento eficiente de seus negócios.</p>	$RPL =$	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Assaf Neto (2007)
<b>Taxas de Retorno sobre investimento total</b>	<p>Conforme Assaf Neto (2007), o retorno sobre o investimento total exprime os resultados das oportunidades de negócios acionadas pelo banco. É uma medida de eficiência influenciada principalmente pela qualidade do gerenciamento da lucratividade dos ativos e juros passivos.</p>	$RIT =$	$\frac{\text{Lucro Líquido Ativo}}{\text{Total}}$	Assaf Neto (2007)

Fonte: Os autores (2020).

As demonstrações contábeis utilizadas para esta análise foram retiradas do site da associação da data de 15 de julho de 2020 e compreendem o conjunto das demonstrações contábeis dos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

### 4.1 Informações Sobre A Associação Chapecoense De Futebol

A história da Associação Chapecoense de Futebol iniciou em 10 de maio de 1973, e, atualmente, é o maior, mais vitorioso e bem estruturado time de futebol profissional da região oeste de Santa Catarina. Sua origem está ligada ao fato de que, na década de 1970, a região possuía apenas alguns times amadores, sendo inexpressiva em relação ao futebol profissional. Com o propósito de reverter essa situação, alguns desportistas da cidade, jovens apaixonados pelo esporte, decidiram se reunir para criar um time de futebol profissional. Entre os presentes nos primeiros encontros, destacam-se Alvarado Pelisser, Heitor Pasqualotto e Altair Zanella, representantes do Clube Independente, Lotário Immich e Vicente Delai, representantes do Clube Atlético de Chapecó. De maneira geral, pode-se dizer que a Associação Chapecoense, posteriormente um dos grandes do futebol catarinense, surgiu da união dos clubes Atlético Chapecó e Independente.

Desde seu início, a ideia agradou a população e as lideranças locais. Um fato marcante nessa história, e que pode ser compreendido como um dos fatores de sucesso do clube é o fato de que, desde sua fundação, a associação sempre pode contar com o apoio dos empresários da cidade e da região. Hoje a Chapecoense tem o apoio de empresários, dirigentes, atletas e ex-atletas, sócios torcedores e imprensa local. Isso, mérito de anos de história e títulos alcançados. A chegada de 2015 foi realmente cheia de entusiasmo, a Taça Sul-Americana direcionava o time para uma escala de jogos e participações inéditas para a Associação. O ano de 2016 iniciou de forma inspiradora, mas era impossível disfarçar a expectativa sobre a grande final. Clube, torcedores, a cidade de Chapecó e toda a região se mobilizavam para aquele que seria o momento ápice de toda a existência alviverde.

Mas na noite de 29 de novembro do ano de 2016, no entanto, quando a delegação viajava à Colômbia para a primeira partida da grande final - que seria disputada contra o Atlético Nacional de Medellín - ocorreu um acidente. O avião que transportava o time, a comissão técnica, os dirigentes, jornalistas e convidados caiu, vitimando 71 passageiros. O impacto do acidente foi e segue sendo imensurável.

O ano de 2017 começou com uma palavra chave e norteadora: a reconstrução. Com uma

equipe montada em tempo recorde, a Chapecoense conquistou com pouco mais de quatro meses de trabalho, o inédito bicampeonato estadual. Além disso, o time disputou a final da Recopa Sul-Americana, estreou na Libertadores, conquistou, pela primeira vez, a liderança no Brasileirão e segue trabalhando firme para garantir o melhor desempenho possível em todas as competições que preenchem o calendário da equipe. Com o apoio da cidade e de toda uma região apaixonada, o Verdão segue surpreendendo, sendo o time do inacreditável e fazendo história, em tudo o que se propõe. (CHAPECOENSE.COM, 2017).

A Chapecoense está rebaixada para a Série B do Campeonato Brasileiro. Três anos depois da tragédia, o clube catarinense voltou para a segunda divisão. Entretanto, em 2019 começou a fazer um trabalho, no qual seu desempenho melhorou muito, podendo então, ter a chance de voltar para a série A do Campeonato Brasileiro.

Na sequência, no Quadro 02 apresenta-se as demonstrações financeiras da Associação Chapecoense de Futebol, é relativo aos anos de 2015 a 2019.

**Quadro 02 – Balanços Patrimoniais**
**Balanços Patrimoniais - Associação Chapecoense de Futebol**

CONTAS	2015	2016	2017	2018	2019
	<b>Total Ativo</b>	<b>Total Ativo</b>	<b>Total Ativo</b>	<b>Total Ativo</b>	<b>Total Ativo</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>8.354.427,00</b>	<b>70.596.971,00</b>	<b>85.564.736,00</b>	<b>48.605,00</b>	<b>30.942,00</b>
<b>DISPONIVEL</b>	<b>3.194.084,00</b>	<b>61.761.985,00</b>	<b>68.272.425,00</b>	<b>28.608,00</b>	<b>13.424,00</b>
caixa e equivalente deCaixa	164.259,00	923.385,00	30.823.720,00	6.040,00	2.642,00
Aplicações Financeiras	752.698,00	17.402.443,00	-	-	-
Contas a receber de Patrocínios	628.550,00	29.655.817,00	35.444.614,00	21.663,00	6.795,00
Outras conta a Receber	1.174.591,00	13.456.393,00	1.392.213,00	61,00	1.911,00
Impostos a recuperar	33.425,00	16.370,00	5.117,00	12,00	-
Adiantamentos	440.561,00	226.445,00	254.409,00	303,00	933,00
Estoque	-	81.132,00	324.993,00	165,00	793,00
Despesas do exercício seguinte	-	-	27.359,00	-	-
Despesas antecipadas -AC	-	-	-	365,00	350,00
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.160.343,00</b>	<b>8.834.986,00</b>	<b>17.292.311,00</b>	<b>19.997,00</b>	<b>17.517,00</b>
Investimentos	10.748,00	70.570,00	87.686,00	109,00	124,00
Imobilizado	3.732.058,00	4.761.192,00	5.674.366,00	6.256,00	6.570,00
Intangível	1.417.537,00	4.003.224,00	11.530.259,00	12.710,00	10.239,00
Despesas antecipadas -ANC	-	-	-	922,00	584,00
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>Total Passivo</b>	<b>Total Passivo</b>	<b>Total Passivo</b>	<b>Total Passivo</b>	<b>Total Passivo</b>
	<b>8.354.427,00</b>	<b>70.596.971,00</b>	<b>85.564.736,00</b>	<b>48.605,00</b>	<b>30.942,00</b>
	<b>4.435.732,00</b>	<b>45.983.095,00</b>	<b>52.214.896,00</b>	<b>45.662,00</b>	<b>65.887,00</b>
Fornecedores	324.727,00	713.661,00	5.442.924,00	4.106,00	7.551,00
Obrigações Sociais	1.670.750,00	949.713,00	3.715.828,00	5.926,00	9.640,00
Obrigações Tributárias	1.250.705,00	843.924,00	1.935.959,00	1.711,00	3.385,00
Outras Obrigações	575.000,00	7.263.267,00	4.857.532,00	11.809,00	32.342,00

Contrato de Concessão de Direitos	614.550,00	30.172.668,00	36.262.653,00	22.110,00	7.133,00
Provisões	-	6.039.862,00	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	5.835,00
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>976.838,00</b>	<b>14.473.115,00</b>	<b>17.850.065,00</b>	<b>26.435,00</b>	<b>39.077,00</b>
Obrigações tributárias	826.838,00	843.115,00	739.928,00	619,00	3.267,00
Outras Obrigações	-	-	-	4.493,00	23.845,00
Receitas a apropriar	-	9.450.000,00	8.100.000,00	-	-
Contingências Trabalhistas	150.000,00	4.180.000,00	9.010.137,00	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	2.178,00
Provisão para contingências	-	-	-	14.288,00	4.387,00
Contrato de Concessão de Direitos	-	-	-	7.035,00	5.400,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.941.857,00</b>	<b>10.140.761,00</b>	<b>15.499.775,00</b>	<b>- 23.491,00</b>	<b>- 74.022,00</b>
Superávit/Deficit Acumulado	2.941.857,00	4.740.211,00	6.232.917,00	-	-
Reservas de contingência	-	5.400.550,00	9.266.359,00	-	-
Cotas Associados	-	-	500,00	-	-
<b>P.L. ATRIBUÍDO AOS NÃO ASSOCIADOS</b>	-	-	-	-	<b>1,00</b>
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>	-	-	-	<b>23.491,00</b>	<b>74.021,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Pode-se observar que os balanços patrimoniais seguem a estrutura indicada para empresas desportivas do terceiro setor conforme a NBC T 10.19 (item 10.19.3.1), as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades sem finalidade de lucros são as determinadas pela NBC T 3 - Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis.

No Quadro 3 são apresentadas das DREs do período analisado que corresponde a 2015 atpe 2019.

**Quadro 03 – Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)**

CONTAS	2015	2016	2017	2018	2019
<b>RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS</b>	<b>44.052.445,00</b>	<b>62.433.170,00</b>	<b>94.545.361,00</b>	<b>75.130,00</b>	<b>73.901,00</b>
Custos	-	-	-	-	(244,00)
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>44.052.445,00</b>	<b>62.433.170,00</b>	<b>94.545.361,00</b>	<b>75.130,00</b>	<b>73.656,00</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(41.659.743,00)</b>	<b>(51.505.080,00)</b>	<b>(85.031.416,00)</b>	<b>(97.100,00)</b>	<b>(100.448,00)</b>
Despesa com o pessoal	(23.092.314,00)	(28.186.595,00)	(48.592.556,00)	(55.960,00)	(59.754,00)
Despesa com materiais	(247.626,00)	(794.554,00)	(675.831,00)	(601,00)	(671,00)
Despesa com manutenção	(885.369,00)	(980.693,00)	(1.443.115,00)	(1.216,00)	(1.628,00)
Gastos com jogos e competições	(5.596.857,00)	(6.567.380,00)	(10.420.885,00)	(7.912,00)	(8.535,00)

Serviços terceiros	(720.622,00)	(2.563.281,00)	(6.819.750,00)	(10.557,00)	(9.978,00)
Deprec. E Bens Pequeno Valor	(191.978,00)	(431.512,00)	(575.004,00)	(743,00)	(794,00)
Direito de Imagem	(9.309.966,00)	(9.624.159,00)	(12.359.605,00)	(15.860,00)	(15.460,00)
Direito de Arena	-	-	-	-	-
Gerais administrativas	(1.366.530,00)	(1.921.328,00)	(3.145.019,00)	(2.878,00)	(2.820,00)
Despesas tributárias	(248.481,00)	(435.578,00)	(999.651,00)	(1.373,00)	(808,00)
<b>SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>2.392.702,00</b>	<b>10.928.090,00</b>	<b>9.513.945,00</b>	<b>(21.970,00)</b>	<b>(26.792,00)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>190.882,00</b>	<b>1.018.934,00</b>	<b>3.370.061,00</b>	<b>1.033,00</b>	<b>(4.018,00)</b>
Receita financeira	222.042,00	1.452.487,00	3.578.161,00	1.205,00	392,00
Despesa Financeira	(31.160,00)	(433.553,00)	(208.100,00)	(172,00)	(4.410,00)
<b>OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>249.128,00</b>	<b>(5.196.337,00)</b>	<b>(7.648.883,00)</b>	<b>(17.725,00)</b>	<b>(19.933,00)</b>
Outras Receitas Operacionais	340.421,00	7.710.062,00	3.307.193,00	1.626,00	1.344,00
Outras Despesas Operacionais	(91.293,00)	(12.906.399,00)	(10.956.076,00)	(19.351,00)	(21.277,00)
<b>RESULTADO ANTE IRPJ/CSLL</b>	-	-	-	-	<b>(13,00)</b>
IRPJ/CSLL	-	-	-	-	(13,00)
<b>SUPERÁVIT (DEFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.832.712,00</b>	<b>6.750.687,00</b>	<b>5.235.123,00</b>	<b>(38.662,00)</b>	<b>(50.756,00)</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observa-se que a Demonstração do Resultado do Exercício está adequada as contas e realidade da Associação Chapecoense de Futebol. Na sequência são apresentados os cálculos dos indicadores econômico-financeiros de acordo com os dados informados nas demonstrações.

#### 4.2 Indicadores Econômico-Financeiros

Para o alcance do segundo objetivo, foram calculados alguns indicadores econômico-financeiros da Associação Chapecoense de Futebol, de acordo com as demonstrações financeiras apresentadas referente aos períodos de 2015 até 2019. No quadro 04 é possível verificar os índices calculados.

**Quadro 04 – Indicadores Econômico-Financeiros da Associação Chapecoense de Futebol.**

<b>Índice de estrutura patrimonial</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	33,20	93,38	115,16	(112,53)	(52,79)
<b>Índice liquidez</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Liquidez Imediata	0,38	0,87	0,80	0,59	0,43
Liquidez Corrente	0,72	1,34	1,31	0,63	0,20
Liquidez Geral	0,90	1,42	0,13	0,75	0,29
<b>Índice de Endividamento</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Endividamento	1,84	5,96	4,52	(3,07)	(1,42)
Composição do Endividamento	0,82	0,76	0,75	0,63	0,63



<b>Taxas de retorno</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	0,96	0,67	0,34	1,65	0,69
Retorno sobre o Investimento Total	0,34	0,10	0,06	(0,80)	(1,64)

Fonte: Dados dos Balanços, 2015 a 2019.

A imobilização do patrimônio líquido apresentou significativa alteração no decorrer dos anos indicando que houve problemas com o saldo da conta do patrimônio líquido. As taxas de imobilização dos recursos do passivo não circulante e do patrimônio líquido se mantiveram estáveis nos três exercícios primeiros exercícios analisados, porém em 2018 e 2019 houve um declínio negativo em função das ações judiciais do pós acidente de 2016. Em 2015 o clube imobilizou 33,2% dos recursos do patrimônio líquido e do passivo não circulante, o que significa que para cada 1 de 33,20 foram investidos em imobilizados. No exercício de 2016 os recursos foram investidos em sua totalidade, os 93,38%, e no exercício de 2017 houve um aumento em 115,16% o que significa que para cada 1 de 115,16 foram investidos em imobilizados. Já em 2018 e 2019 houve uma baixa compensadora, pois foram investidos - 112,53% e -52,79% dos recursos dessas rubricas, ou seja, de cada 1, foram utilizados -112,53e -52,79.

No caso da liquidez imediata, o valor encontrado mede o quanto os ativos mais líquidos de uma empresa conseguem pagar de suas obrigações de curto prazo. Os índices de liquidez encontrados foram de 0,38 em 2015, 0,87 em 2016, 0,80 em 2017, 0,59 em 2018 e 0,43 para a liquidez imediata. Se a liquidez imediata for maior do que R\$ 1,00, se entende que a empresa possui capital imediato suficiente para arcar com as suas obrigações de curto prazo. Se a liquidez imediata for igual a R\$ 1,00, o capital e as obrigações são equivalentes.

A Liquidez Corrente, indica o quanto existe de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo. Quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro. Os índices de liquidez encontrados foram de 0,72 em 2015, 1,34 em 2016, 1,31 em 2017, 0,63 em 2018 e 0,20 para a liquidez corrente.

A Liquidez Geral, revela a liquidez tanto a curto como a longo prazo. De cada R\$ 1,00 que a empresa mantém de dívida, quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo. Esse índice é utilizado também como uma média de segurança financeira da empresa a longo prazo, revelando sua capacidade de saldar todos seus compromissos. Para a liquidez geral foi satisfatório apenas em 2016, 1,42, pois fizeram frente a todas as obrigações assumidas, entretanto em 2015 foi de 0,90, em 2017 foi de 0,13, em 2018 de 0,75 e 0,29 em 2019.

Os Índices de Endividamento são, como o próprio nome indica, índices que apontam o grau de endividamento de uma empresa. Esses dados são relevantes para que gestores possam tomar decisões estratégicas quanto ao planejamento financeiro da companhia, e também ajudam os investidores a avaliar onde melhor alocar os seus recursos. Este índice é no sentido de que “quanto menor, melhor”. Foi obtido o resultado em 2015 de 1,84, em 2016 de 5,96, em 2017 de 4,52 e em 2018 e 2019 de -3,07 e -1,42.

Já a Composição do Endividamento vai indicar o percentual de endividamento concentrado no curto prazo. Constata-se que quanto maior o índice, pior para a organização, ou seja, quanto mais elevado o valor do índice, maiores os compromissos concentrados no curto prazo. Conforme dados obtidos, em 2015 o índice de composição de endividamento foi de 0,82, isso significa que para R\$1,00, 82% é de terceiros, em 2016 houve um declínio, de 0,10 em comparação ao ano anterior e em 2017 a diferença foi de 0,01, o que significa que para R\$1,00, 0,75 são de terceiros. Em 2018 e 2019 não houve aumento da composição de endividamento,

ficando assim 0,63.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido mensura a rentabilidade de uma corporação ao revelar o quanto de lucro a companhia gera com o dinheiro investido pelos acionistas. No caso da Associação desportiva, o lucro é tratado como superávit ou déficit. Neste caso em 2015 gerou uma rentabilidade sobre o Patrimônio líquido foi de 0,96, o que é um percentual muito baixo e que decaiu mais 0,29 em 2016 tendo 0,67 e conseqüentemente em 2017 com 0,34, mas em 2018 teve um aumento significativo de 1,65 em decorrência de novos sócios, mas em 2019 com a queda do time para a série B, voltou a decaiu, ficando com uma rentabilidade de 0,69.

Retorno sobre o Investimento Total permite saber quanto dinheiro a empresa perde ou ganha com os investimentos feitos em diferentes canais. É um indicador eficaz quando se trata de calcular o retorno de uma aplicação, sendo adequado a todos os investimentos e diferentes canais. Obteve-se um retorno sobre o capital investido em 2015 de 0,34, em 2016 de 0,10, em 2017 de 0,06 e em 2018 e 2019 de (0,80) e (1,64).

### 4.3 Análise Dos Indicadores Econômico-Financeiros

Após a finalização dos cálculos pode-se analisar os indicadores econômico-financeiros da Associação Chapecoense de Futebol. É possível verificar as principais contas que sofreram variações no período causando interferências nos resultados apresentados. No Gráfico 01 são apresentadas as variações dos Indicadores de Imobilização do Patrimônio.

**Gráfico 01 – Imobilização do Patrimônio.**

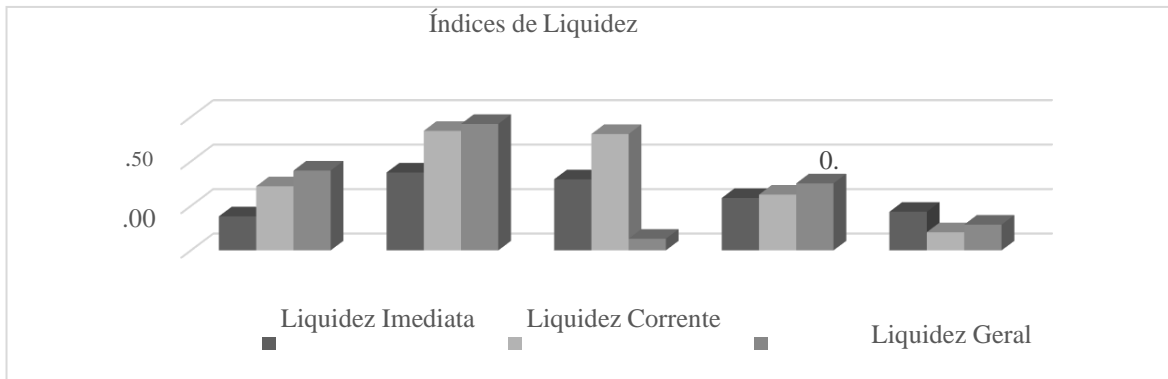


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

As contas de imobilizado e intangíveis sofreram queda significativa nos valores principalmente nos períodos de 2018 e 2019, mesmo período em que a Associação apresentou registro negativo em seu Patrimônio Líquido. A principal causa ainda aponta para a quitação de dívidas assumidas pelo acidente.

No Gráfico 02 são apresentadas as variações dos indicadores de liquidez.

**Gráfico 02 – Indicadores de Liquidez, Imediata, Corrente e Geral.**

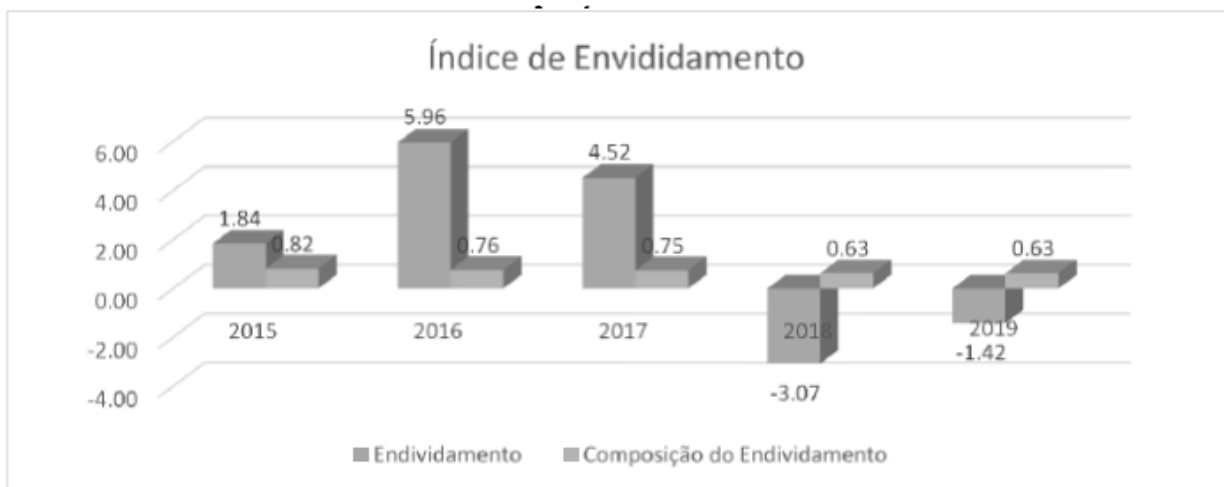


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O índice de liquidez imediato, Liquidez Corrente e Liquidez Geral apresentaram abaixo do mínimo necessário, sendo que é considerado que para cada 1,00 de saldo de ativos para pagar as dívidas do passivo. Apenas no período de 2016 e 2017 a Associação esteve acima do mínimo indicado. Aponta-se os saldos zerados de aplicações financeiras a partir de 2017 e a queda nos valores a receber de patrocínios muito decrescente nos anos de 2018 e 2019.

Os índices de endividamento também tiveram significativa mudança nos balanços apresentados. No Gráfico 03, observa-se os índices de endividamento que também tiveram significativa mudança nos balanços apresentados do período estudado. Conforme exemplo abaixo.

**Gráfico 03 – Índices de Endividamento e Composição do Endividamento**



Fonte: dados da pesquisa (2020)

Este índice demonstra um o superávit operacional representou 10% das Receitas Líquidas (18% em 2016), pois neste exercício aconteceu o fatal acidente envolvendo a delegação da Associação Chapecoense de Futebol. O clube continuou trabalhando de forma equilibrada, controlando os Custos de acordo com suas Receitas. Apesar dos custos serem mais elevados que 2016 por conta das demandas dos números de jogos e perfil de jogadores para as competições internacionais.

O Clube no ano de 2018, reconheceu títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que foram originados e baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Os resultados do ano de 2019, apresentaram uma despesa de R\$125,90 milhões, com uma receita de R\$75,160 milhões, produzindo um déficit de R\$50,74 milhões. Estes números

são uma consequência do desequilíbrio financeiro ocorrido em 2018. Iniciando o ano com uma expectativa de manutenção da equipe na série A, mas infelizmente isto não aconteceu. Os efeitos negativos da má gestão no futebol têm um ciclo que pode durar de 2 a 5 anos, desde que medidas de austeridade e principalmente uma capacidade de renegociar dívidas sejam tomadas, segundo nota explicativa emitida pela auditoria.

Na sequência são apresentadas as taxas de retorno sobre o Patrimônio Líquido. O Gráfico 04 apresentadas as variações desta taxa.

**Gráfico 04 – Taxa de Retorno**



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O lucro líquido (superávit/déficit) entrou em queda no período analisado, acompanhando a redução do PL. Ambos foram influenciados diretamente pelo acidente, condicionados a situação financeira da Associação. As contas que mais influenciaram no resultado foram as contas de despesa com pessoal e direitos de marca, porém no ano de 2018 e 2019 este valor reduziu bastante. Nota-se que nesta proporção, apesar de 2019 ter resultado um déficit o valor ficou menos desigual em comparação aos anos anteriores.

Já em 2019 entende-se que a entidade desportiva também teve influência negativa, além do time cair para a série B, em suas receitas conforme está na demonstrada do Balanço Patrimonial, a receita com o patrocínio diminuiu, portanto o contas a receber com o patrocinadores também teve um grande declínio, isso indica uma queda de receita com patrocínio que pode ter influenciado e desta forma deixou-se de gerar receitas e recuperar os anos que já estavam em defasagem.

## 5 CONCLUSÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi analisar a evolução da situação econômico-financeira da Associação Chapecoense de Futebol no período de 2015 a 2019. Como primeira etapa, foi apresentada as demonstrações financeiras da Associação Chapecoense de Futebol, podendo-se observar que os balanços patrimoniais seguem a estrutura indicada para empresas desportivas do terceiro setor conforme a NBC T 10.19 (item 10.19.3.1), as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades sem finalidade de lucros que são as determinadas pela NBC T 3 - Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis.

Na sequência foram calculados os indicadores econômico financeiros dos períodos de 2015 a 2019 de acordo com as demonstrações financeiras apresentadas, onde observou-se que

a Associação não está tendo um bom desempenho atual, podendo ter problemas futuros em relação a má administração do clube e com o passado em relação ao pós acidente de 2016, onde ainda os vestígios que impossibilitam o time de ter um bom desempenho em relação aos indicadores econômico-financeiros.

Com os indicadores calculados, foi possível analisá-los e observou-se que as principais contas que sofreram variações no período causando interferências nos resultados apresentados e que as contas de imobilizado e intangíveis sofreram também uma queda significativa nos valores principalmente nos períodos de 2018 e 2019, mesmo período em que a Associação apresentou registro negativo em seu Patrimônio Líquido. A principal causa ainda aponta para a quitação de dívidas assumidas pelo acidente.

Desta forma, pode-se responder ao problema de pesquisa que buscava saber qual era a evolução da situação econômico-financeira da Associação Chapecoense de Futebol no período de 2015 a 2019 e constatou-se que houve queda significativa nos resultados econômico-financeiros desde o ano de 2015 até 2019. O principal fato foi o acidente ocorrido em 2016 que ocasionou desestruturação do clube gerando despesa e obrigações relacionadas as responsabilidades civis e trabalhistas. Já em 2019 entende-se que a entidade desportiva também teve influência negativa, além do time cair para a série B, em suas receitas conforme está na demonstrada do Balanço Patrimonial, a receita com o patrocínio diminuiu, portanto o contas a receber com o patrocinadores também teve um grande declínio, isso indica uma queda de receita com patrocínio que pode ter influenciado e desta forma deixou-se de gerar receitas e recuperar os anos que já estavam em defasagem.

Contudo, houveram algumas complicações na decorrência deste trabalho, pelo fato da não coerências dos dados apresentados nas demonstrações, visando principalmente nos anos de 2015 e 2016, onde foram constadas conforme as notas explicativas passadas por auditoria, onde divulgado as demonstrações financeiras foram elaboradas no qual deveria estar sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelos órgãos reguladores, e as Normas Brasileiras de Contabilidade, foram identificadas e avaliadas os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejou-se e executou-se procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obteve-se evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Portanto, os cálculos podem não estar 100% eficazes por este motivo evidenciado acima.

Para estudos futuros, sugere aumentar a diversidades de relatórios analisados, para ter um aumento de dados. Que este estudo, sirva de incentivo para as empresas de terceiro setor divulgar cada vez mais informações sobre associações desportivas, visando poder fazer análise de outros indicadores. E, por fim o estudo proposto não teve o intuito de ser conclusivo, podendo sim, dar-se continuidade às análises

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Miriam Gomes Vieira de. ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR:

**Estratégias para captação de recursos junto às empresas privadas.** In:

DISSERTAÇÃO, 01., 2002, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

v. 1, p. 12-12.

Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:VGHR5GsStGwJ:https://core.ac.uk/>



download/pdf/30363672.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 02 Mar. 2020.

ARAÚJO, R.B. de. **Os gênios da pelota: um estudo do futebol como profissão**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1980.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL, **Decreto - Lei Nº 9.615 de 24/03/1998. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo país**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm). Acesso: 07 Jun. 2020.

BRITO, Alex Rodrigues; ARAGAKI, Carlos; ISHIKURA, Edison Ryu. **Custo de formação de atletas em clubes de futebol em face à Resolução nº 1005/04 do Conselho de Contabilidade**. Boletim CRCSP, São Paulo, n. 156, set. 2005. Disponível em: . Acesso em: 14 Ago. 2021.

CHAPECOENSE. **A Arena Conda**. Disponível em: <https://chapecoense.com/pt/a-arena-conda>. Acesso em: 26 Fev. 2020.

CHAPECOENSE. **Transparência chape**. Disponível em: <https://chapecoense.com/pt/transparencia-chape>. Acesso em: 15 Jul. 2020.

COSTA, Ivaneide Fernandes da. **Indicadores econômico-financeiros: Aplicabilidade e análise em uma empresa do segmento de indústria de movelaria e construção civil**. 2018. Disponível em: <http://clyde.dr.ufu.br/bitstream/123456789/21716/1/IndicadoresEcon%C3%B4micoFinanceiros.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.

CRC RS. **Manual do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul, Terceiro Setor**. Disponível: [http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro\\_3setor.pdf](http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf). Acesso em: 06 Jun. 2020.

CRUZ, June Alissonwestarb *et al.* **PERFORMANCE NO TERCEIRO SETOR – UMA A BORDAGEM DE ACCOUNTABILITY**: estudo de caso em uma organização não governamental brasileira. **Revista Adm.**, Santa Maria, v. 3, n. 1, p. 58-75, abr. 2010.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

FERREIRA, Hugo Lucindo; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DESEMPENHO ESPORTIVO: Uma análise com clubes de futebol do Brasil**. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Ceará, dez. 2018.

- FREIRE, J. B. **Pedagogia do futebol**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas 2002.
- GONÇALVES, Helenice Souza *et al.* ANÁLISE DE INDICADORES DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: ESTUDO DAS MELHORES ONGS DO BRASIL. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, Pernambuco, jul. 2018.
- GUTH, Sérgio Cavagnoli. PINTO, Marcos Moreira. **Desmistificando a Produção de Textos Científicos – Com os Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Scortecci, 2007.
- IUDÍCIBUS, Sergio. **Análise de Balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998. KANITZ, S.C. **Como prever Falências**. São Paulo: McGraw Hill, 2013.
- JUSBRAZIL. **Contabilidade**: novas práticas - Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 – Roteiro. Disponível em: <https://crc-go.jusbrasil.com.br/noticias/1912719/contabilidade-novas-praticas-leis-11638-2007-e-11941-2009-roterio#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2011.638%2F2007,na%20capta%C3%A7%C3%A3o%20das%20referidas%20deb%C3%AAntures>. Acessado em: 22 Nov. 2020.
- LEONCINI, M. P. **Entendendo o Negócio Futebol: Um Estudo sobre a Transformação do modelo de Gestão estratégica dos Clubes de Futebol**. São Paulo: Tese de Doutorado da USP, 2001.
- MASCARENHAS, Sidnei A. (Org.). **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2012.
- MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didáticas das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2013.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, análise e interpretação das Demonstrações Contábeis**. 3ª ed.: Atlas, 2012.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 9. ed., ampl. atual. São Paulo: Saraiva, 2011.